



SEMINÁRIO EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA: DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO

Evento híbrido | Gratuito

MEMÓRIAS QUE EDUCAM: TERRITÓRIO, RIO E DIREITOS HUMANOS

AUTORIA: Kétlen Luna dos Prazeres Porto Pereira¹

GT indicado: Diversidades, Interculturalidade e Justiça Social

RESUMO

O presente trabalho tem como trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter autobiográfico e interventivo com objetivo de analisar a relação entre memória, território e educação em direitos humanos, a partir da narrativa autoral “Memórias que educam: histórias da minha infância e adolescência ribeirinha”, produzida no âmbito do curso Escolas Quilombolas: Aquilombar no Vale do Jequitinhonha. A narrativa evidencia uma trajetória marcada pela vivência no território da Lavra do Mato, no Vale do Jequitinhonha, onde o rio, o trabalho coletivo e as práticas culturais constituem espaços fundamentais de aprendizagem. Partindo da compreensão de que o território é um espaço educador, em consonância com a Educação em Direitos Humanos, o estudo identifica elementos formativos presentes nas práticas comunitárias, como o trabalho das lavadeiras, as brincadeiras infantis e as relações de cuidado e partilha. Ao mesmo tempo, problematiza desafios estruturais vivenciados, como a desterritorialização, o racismo ambiental, a desigualdade social e a violência estrutural. A partir dessa análise, propõe-se a ação educativa “Memória, território e direitos: o rio como espaço educador”, voltada para estudantes do ensino fundamental e médio, com o objetivo de promover a reflexão crítica sobre direitos humanos por meio da valorização das memórias e experiências dos sujeitos. A metodologia inclui rodas de conversa, mapeamento coletivo do território e produção de narrativas. Espera-se, como resultado, o

¹ Nome. Instituição. Minicurrículo em até 3 linhas. E-mail.

fortalecimento da consciência crítica, do pertencimento e da valorização dos saberes locais. Conclui-se que a educação em direitos humanos, ao reconhecer o território como espaço de produção de conhecimento, contribui para a formação de sujeitos críticos e para a transformação social, legitimando experiências historicamente marginalizadas como fontes legítimas de saber.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Território. Memória. Racismo ambiental. Vale do Jequitinhonha.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da narrativa autoral “Memórias que educam: histórias da minha infância e adolescência ribeirinha”, que apresenta uma trajetória formativa vinculada ao território da Lavra do Mato, no Vale do Jequitinhonha. A experiência vivida evidencia que os processos educativos não se restringem ao espaço escolar, sendo construídos nas relações sociais, culturais e territoriais. Nesse sentido, o território é compreendido como espaço educador, conforme a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, que reconhece a aprendizagem como processo ampliado, presente nas vivências cotidianas (Brasil, 2007). Nesse contexto, questiona-se como as experiências vividas no território podem contribuir para a construção de práticas educativas em direitos humanos no espaço escolar.

A narrativa destaca práticas coletivas, como o trabalho das lavadeiras e as brincadeiras infantis, que constituem formas de transmissão de saberes, valores e identidades. Ao mesmo tempo, revela tensões e desafios decorrentes de processos históricos de desigualdade, apontando para a necessidade de problematizar os direitos humanos em contextos periféricos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise fundamenta-se na compreensão do território como espaço vivido e socialmente produzido, no qual se constroem identidades, relações de pertencimento e práticas culturais (Santos, 1996). A Educação em Direitos Humanos orienta a leitura dessas experiências ao reconhecer que a formação dos sujeitos ocorre também fora da escola, em espaços de convivência e resistência (Brasil, 2007).

Os desafios identificados na narrativa evidenciam como diferentes dimensões da desigualdade se articulam no território, sendo possível compreendê-los a partir dos

conceitos de desterritorialização (Haesbaert, 2004), racismo ambiental (Porto-Gonçalves, 2006) e violência estrutural (Minayo, 2006).

3. METODOLOGIA / DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter autobiográfico e interventivo, articulando análise narrativa e proposição de prática pedagógica. Parte-se da compreensão de que a experiência vivida constitui fonte legítima de produção de conhecimento, especialmente quando situada em contextos historicamente marginalizados.

A narrativa “Memórias que educam: histórias da minha infância e adolescência ribeirinha” é utilizada como dispositivo metodológico central, sendo analisada à luz da Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) e dos estudos sobre território (SANTOS, 1996). A partir dessa análise, constrói-se uma proposta de ação educativa que busca transpor a experiência individual para o campo pedagógico, possibilitando sua problematização em contexto escolar.

A intervenção pedagógica, intitulada “Memória, território e direitos: o rio como espaço educador”, foi estruturada para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, considerando a faixa etária entre 13 e 18 anos. A proposta organiza-se em três momentos articulados, com duração de três aulas de 50 minutos cada, fundamentados em metodologias participativas e dialógicas.

No primeiro momento, realiza-se uma roda de conversa, orientada por questões disparadoras, com o objetivo de mobilizar as memórias dos estudantes relacionadas ao território onde vivem. No segundo momento, desenvolve-se um mapeamento coletivo do território, no qual os estudantes representam, em cartolinas ou papel kraft, espaços que promovem direitos e espaços onde identificam violações. No terceiro momento, realiza-se a leitura de trechos da narrativa “Memórias que educam”, seguida da produção de relatos autorais pelos estudantes.

Os recursos didáticos utilizados são de baixo custo, incluindo cartolina, papel kraft, pincéis atômicos e cópias do texto, priorizando a acessibilidade. Destaca-se que as experiências dos estudantes constituem o principal recurso pedagógico da proposta.

A metodologia fundamenta-se em uma perspectiva crítica e emancipatória, na qual o estudante é reconhecido como sujeito ativo no processo educativo. Além disso, a proposta busca articular conhecimento acadêmico e experiência vivida, promovendo uma aprendizagem contextualizada e socialmente comprometida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta pedagógica evidencia o potencial da articulação entre memória, território e educação em direitos humanos como estratégia de produção de conhecimento significativo. Ao mobilizar as experiências dos estudantes, a atividade possibilita que eles reconheçam o território não apenas como espaço físico, mas como um espaço socialmente produzido, atravessado por relações de poder, desigualdade e pertencimento (Santos, 1996). Nesse processo, observa-se o deslocamento de uma compreensão naturalizada da realidade para uma leitura crítica.

A roda de conversa e o mapeamento coletivo revelam-se momentos centrais para a emergência das vozes dos estudantes, permitindo a expressão de vivências frequentemente invisibilizadas no espaço escolar. Ao compartilhar suas memórias, os estudantes estabelecem relações entre suas trajetórias individuais e processos sociais mais amplos, favorecendo a compreensão de que desigualdades não são naturais, mas historicamente construídas.

A produção de narrativas, por sua vez, constitui um importante instrumento de reflexão e elaboração crítica. Ao escrever sobre suas próprias experiências, os estudantes ressignificam suas vivências à luz das discussões realizadas em sala. Esse processo contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, conforme proposto por Paulo Freire, ao possibilitar que os sujeitos compreendam sua realidade e se reconheçam como agentes capazes de transformá-la (FREIRE, 1996).

Além disso, a abordagem de temas como racismo ambiental, desigualdade social e desterritorialização permite ampliar o debate sobre direitos humanos, conectando conceitos teóricos às experiências concretas dos estudantes. Ao identificar, por exemplo, espaços de degradação ambiental ou ausência de políticas públicas em seus territórios, os estudantes passam a compreender como determinados grupos sociais são mais expostos a situações de vulnerabilidade, conforme discutido por Porto-Gonçalves (2006) e Santos (2006).

Por fim, os resultados apontam para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e valorização da cultura local. Ao reconhecer que suas histórias, práticas e territórios são fontes legítimas de conhecimento, os estudantes passam a se perceber como sujeitos históricos, rompendo com processos de invisibilização. Nesse sentido, a proposta pedagógica contribui para a construção de identidades, o fortalecimento da autoestima e a ampliação das possibilidades de participação social.

Ressalta-se, contudo, que os resultados apresentados possuem caráter potencial, considerando que a proposta se configura como uma intervenção pedagógica planejada, indicando possibilidades de aplicação em contextos escolares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que os direitos humanos não se concretizam de forma universal, sendo atravessados por desigualdades estruturais que impactam diretamente populações periféricas. A experiência narrada demonstra como processos de desterritorialização, racismo ambiental e pobreza configuram a negação desses direitos.

Diante desse cenário, a educação em direitos humanos assume papel fundamental na formação de sujeitos críticos e na promoção da transformação social. Ao reconhecer o território como espaço educador, amplia-se a compreensão de educação, valorizando memórias, práticas culturais e saberes locais. Assim, reafirma-se a importância de legitimar narrativas como produção de conhecimento, contribuindo para uma educação mais inclusiva e comprometida com a justiça social.

Dessa forma, reafirma-se a educação em direitos humanos como prática fundamental na construção de uma sociedade mais justa, na qual sujeitos historicamente marginalizados possam ter suas vozes, territórios e saberes reconhecidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.